de crédito junto ao Japan Bank for International Corporation - JBIC e Norsk Hydro N.V. no valor de US\$340.000 mil, e US\$175.398 mil, respectivamente, totalizando US\$515.398 mil, com a finalidade de financiar parte da expansão 3 da Alunorte, que elevará a sua capacidade para 6.3 milhões de toneladas anuais. Esse contrato terá carência de 4 anos, o principal será amortizado em 20 parcelas semestrais de abril de 2011 a outubro de 2020 e o pagamento dos juros será semestral a partir de abril de 2007 a outubro de 2020. Até 31 de dezembro de 2008, foram liberados US\$340.000 mil pelo Japan Bank for International Corporation - JBIC e US\$175.398 mil pela Norsk Hydro N.V. totalizando US\$ 515.398 mil. Em função da reestruturação que a Companhia passou em 2009, o contrato com o JBIC foi assumido pela Vale S.A. A partir de 1º de março de 2011 as operações de US\$ 340.000 mil e US\$175.398 mil foram assumidas pela Norsk Hydro N.V. A partir de Novembro de 2013 o credor foi substituído de Norsk Hydro N.V. para Norsk Hydro ASA. Em 31 de dezembro de 2019 o saldo destes empréstimos é de US\$103.080 mil (US\$154.619 mil em 2018).

15. Arrendamentos: a. Ativos de direito de uso: Os ativos de direito de uso relacionados a empilhadeiras, galpões e tratores são apresentados como ativo imobilizado. Sua movimentação está apresentada na Nota Explicativa nº 12. **b. Passivos de arrendamentos:** Os efeitos passivos relativos aos arrendamentos que anteriormente eram classificados como arrendamento financeiro em conjunto com a classificação contábil de ativos de direito de uso mencionados são conforme tabela abaixo:

	Pagamentos mínimos futuros de arrendamento		Juros		Valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Menos de um ano	139.930	45.686	41.682	30.242	98.248	15.444
Entre um e cinco anos	409.448	228.430	151.796	132.757	257.652	95.672
Mais de cinco anos	427.739	456.859	111.053	128.962	316.684	327.897
	977.117	730.975	304.531	291.961	672.584	439.013
Circulante					98.248	15.444
Não circulante					574.336	423.569

16. Provisões: Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais:

	Depósitos judiciais		Provisões	
	2019	2018	2019	2018
Trabalhistas	5.758	4.957	8.211	6.439
Cíveis	-	-	3.978	3.601
Tributárias	77.005	74.444	128.611	121.646
Ambientais	-	-	226.974	253.600
Restauração dos depósitos de resíduos (ARO)	-	-	630.495	519.665
Outros	-	-	38.748	38.748
	82.763	79.401	1.037.017	943.699
Circulante			162.852	230.418
Não circulante	82.763	79.401	874.165	713.281

A movimentação dos depósitos judiciais e das provisões no exercício de 2019 e 2018 está demonstrada a seguir:

	Depósitos Judiciais	Provisões
Saldo em 1º de janeiro de 2017	83.287	597.458
Adições	4.211	456.630
Baixas	(11.323)	(145.040)
Atualizações monetárias	3.226	34.651
Saldo em 31 de dezembro de 2018	79.401	943.699
Adições	1.492	166.729
Baixas	(914)	(102.978)
Atualizações monetárias	2.784	29.568
Saldo em 31 de dezembro de 2019	82.763	1.037.017

a. Natureza das provisões: A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e ambientais, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos. A Companhia mantém constituída em 31 de dezembro de 2019 provisões dessa natureza no passivo não circulante de R\$367.774 (R\$385.286 em 2018). **Tributárias:** A provisão realizada consiste em glosas sobre compensação de créditos de Contribuição Social ao Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) realizados entre os anos de 2003 e 2008. **Ambientais:** Em Setembro de 2018 a Companhia assinou um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) junto ao Ministério Público do Estado do Pará e um Termo de Compromisso (TC) com o Governo do Pará com o intuito de implementar medidas para mitigar os impactos e supostos riscos decorrentes da atividade industrial da Alunorte no município de Barcarena. Em função dos compromissos assumidos, foi identificada a necessidade de constituição de uma provisão de para cobrir os custos dos termos assinados no montante em 31 de dezembro de 2019 de R\$226.974 - R\$36.275 no passivo circulante e R\$190.699 no não circulante) (R\$249.507 - R\$134.149 no passivo circulante e R\$115.358 em 2018). Além da provisão relacionada ao TAC e TC, a Companhia possui provisionado R\$4.824 (R\$4.093 em 2018) referente a outros processos judiciais ambientais. **Restauração dos depósitos de resíduos:** A Companhia possui dois locais específicos para armazenamento dos seus resíduos sólidos oriundos do seu processo produtivo. Estes resíduos são armazenados nos depósitos de resíduos Sólidos 1 e 2 (DRS-1 e DRS-2) em uma área total estimada de 460 hectares, cujo fechamento e reabilitação estão previstos para o período compreendido entre 2016 a 2036. Para cobrir os custos com a recuperação e reabilitação das áreas destinadas ao DRS-1 e DRS-2, a Companhia mantém constituída em 31 de dezembro de 2019 uma provisão de R\$92.654 no passivo circulante (R\$57.521 em 2018) e R\$537.841 no passivo não circulante (R\$462.144 em 2018). Anualmente o plano de fechamento dos depósitos de resíduo são revisados e os valores envolvidos no cálculo da provisão são atualizados. **b. Processos judiciais possíveis de perda, não provisionadas no balanço:** A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída considerando que é mais provável que não existe uma obrigação presente na data do balanço, conforme composição e estimativa a seguir:

	2019	2018
Tributárias (i)	765.691	927.167
Cíveis (ii)	66.595	77.018
Trabalhistas (iii)	25.915	407.336
Ambientais (iv)	1.842.950	1.664.463
	2.701.151	3.075.984

(i) A natureza das contingências tributárias referem-se, principalmente, aos questionamentos pelo não recolhimento de Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias (ICMS) sobre conexão de energia elétrica entre os anos de 2007 a 2012, a glosas ocorridas em pedidos de restituição ou compensação de créditos de contribuição social ao Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) realizados entre os anos de 2005 e 2012. (ii) As contingências cíveis referem-se, principalmente, a reclamações oriundas de empresas anteriormente contratadas que alegam perdas financeiras por quebra de contrato, o processo TUST (Tarifa de uso do sistema de Transmissão) que se refere ao pedido de indenização das transmissoras de Energia através da ABRACE (Associação Brasileira de grandes Consumidores) face a União Federal e ANEEL - Agência Nacional de Energia. (iii) As principais ações trabalhistas estão relacionadas a verbas rescisórias, acidente equiparado a doença, indenização por doenças ocupacionais, horas extras, adicional de insalubridade entre outras. As ações trabalhistas envolvem tanto ex-empregados próprios do grupo quanto ex-empregados de empresas contratadas onde a Companhia é tratada como litisconsorte. Em 2019 houve uma revisão por parte dos advogados internos da Companhia em processo em que a Alunorte é parte e devido aos últimos acontecimentos o valor foi revisado considerando que neste mesmo processo existe mais 79 empresas envolvidas. (iv) As contingências ambientais tratam-se principalmente de ações ajuizadas relacionadas a suposto transbordamento dos depósitos de rejeitos da companhia onde associações reclamam por danos morais e materiais sofridos decorrentes das operações da Companhia, causando um impacto de R\$1.617.834 (R\$1.456.037 em 2018) com novos processos iniciados em 2019. Há também R\$225.116 (R\$208.426 em 2018) de processos já existentes em 2018, relacionados ao *red mud*, assim como processo discutindo a operação do DRS1 e DRS 2 em área de reserva ecológica. **17. Patrimônio líquido: a. Capital:** O capital social subscrito é composto por 2.209.966 mil ações ordinárias, 115.434 mil ações preferenciais classe C, sem valor nominal e 447.479 mil ações preferenciais classe A, com valor nominal. As ações preferenciais Classe C são asseguradas: (1) o direito de prioridade na distribuição de ativos residuais no caso de liquidação da Companhia; (2) prioridade na distribuição de dividendos, com direito de receber dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias; (3) dividendo mínimo anual de 1%, não cumulativo, calculado sobre a parcela do capital constituído por essa classe de ações; (4) direito a voto caso o dividendo mínimo anual de 1% não tiver sido pago durante um período de 3 anos consecutivos, iniciando-se a partir da data em que a fábrica tiver alcançado uma produção acumulada de 2.325 mil toneladas métricas de alumina ao longo do ano. A participação acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 2019 é: Ananke Alumina S/A 57,7%, Hydro Aluminium Brasil Investment B.V. 34,43%, Companhia Brasileira de Alumínio 3,03%, Nippon Amazon Alumínio CO., Ltd 2,17%, Mitsui & CO., Ltd 2,22% e Japan Alunorte Investment CO., Ltd 0,45%. **b. Reserva de capital:** A reserva de capital é constituída de valores recebidos pela Companhia e que não transitam pelo Resultado como receitas, por se referirem a valores destinados a reforço de seu capital sem terem como contrapartidas qualquer esforço da empresa em termos de entregas de bens ou de prestação de serviços. Constam como tais reservas o ágio na emissão de ações, ou seja, transação de capital com os acionistas. **c. Reservas de lucros: (i) Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Com base no estatuto social da Companhia, após a constituição da reserva legal será destinado 25% do lucro líquido para atendimento ao art. 202 da Lei 6.404/76 como dividendos obrigatórios, e os 75% remanescentes serão colocados à disposição da Assembleia Geral que através de proposta da Diretoria deliberará sobre sua destinação. **(ii) Dividendos adicionais propostos e destinação do resultado do exercício:** Em 2019 a Companhia apurou lucro de R\$1.735 (prejuízo R\$946.319 em 2018). Entretanto a administração não propôs aos acionistas, com base no artigo 202 da Lei 6.404/76 e no artigo 35 do Estatuto Social da Companhia, a distribuição de 25% de dividendos obrigatórios, pois após absorção para reserva legal, sobre o lucro a ser distribuído a Companhia apurou um prejuízo de R\$297.384.

18. Outras informações: a. Obrigações contratuais: A Companhia está comprometida por um contrato, tendo adquirido aproximadamente 3,3 milhões de toneladas métricas de bauxita em 2019 (2,5 milhões toneladas métricas de bauxita em 2018) da Mineração Rio do Norte S.A. - MRN, por preço calculado com base na cotação do alumínio na Bolsa de Metais de Londres (*London Metal Exchange* - LME) e na cotação da alumina australiana conforme publicada nas estatísticas oficiais australianas (*International Trade Report - Australian Bureau of Statistics*). A Companhia também está comprometida por um contrato, tendo adquirido aproximadamente 7,4 milhões de toneladas métricas de bauxita em 2019 (6,2 milhões de toneladas métricas de bauxita em 2018) da Mineração Paragominas S.A., por preço calculado com base na cotação do alumínio na Bolsa de Metais de Londres (*London Metal Exchange* - LME) e na cotação da alumina australiana conforme publicada nas estatísticas oficiais australianas (*International Trade Report - Australian Bureau of Statistics*). A Companhia está comprometida por um contrato de transporte fluvial de bauxita a granel com a Hidrovias do Brasil - Cabotagem Ltda, tendo transportado aproximadamente 3,2 milhões de toneladas métricas de bauxita em 2019 (aproximadamente 2,4 milhões toneladas métricas de bauxita em 2018) da Mineração Rio do Norte S.A. - MRN, por preço tabelado em contrato de longo prazo. **b. Receita líquida de vendas de produtos e serviços**

	2019	2018
Venda de produtos:		
Alumina	5.663.627	3.738.832
Hidrato	439.995	468.475
Venda de serviços, materiais e sucatas	6.820	10.828
	6.110.442	4.218.135
Impostos:		
Venda de produtos - alumina	(87.851)	(69.139)
Venda de serviços e outros	(915)	(1.236)
	(88.766)	(70.375)
Receita operacional líquida	6.021.676	4.147.760

continua